

A inextricabilidade entre leitura e autoria no exercício da função autor-revisor: uma questão de entretexutualidade

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva*

Resumo: À luz da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana (ou Francesa), examinamos, neste artigo, a prática discursiva da "reformulação autoral", focalizando sua condição *sine qua non* de existência, qual seja, a inextricabilidade entre os gestos de autoria e de leitura. Interessa-nos, notadamente, apresentar à comunidade acadêmica nossa proposta de abordagem desse tipo de prática discursiva, bem como discutir o modo como o exercício da função autor-revisor, pelo sujeito, é absolutamente dependente dos gestos de leitura que o mesmo realiza de um certo texto pelo qual ele é socialmente visto como "seu autor". A análise realizada permite compreender o funcionamento discursivo da entretexutualidade nos gestos de reescrita de texto.

Palavras-chave: Discurso. Ideologia. Reescrita. Memória.

Introdução

Propomo-nos, neste trabalho, abordar a inextricabilidade firmada entre leitura e autoria no/pelo exercício da função autor-revisor, função esta colocada em cena pelos gestos discursivos de reformulação autoral. Vale dizer que entendemos por reformulação autoral, unicamente, o caso de reescritas nas quais o mesmo sujeito retoma um determinado texto de sua autoria e o reelabora em função de uma nova posição ideológica que foi, então, tomada.

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora de Língua Portuguesa.

| | | | | | |
|------------------------|----------------------|-------|-------|----------|---|
| R. Língua & Literatura | Frederico Westphalen | v. 12 | n. 19 | p. 47-57 | Dez. 2010. Recebido em: 05 maio 2010 Aprovado em: 05 dez. 2010 |
|------------------------|----------------------|-------|-------|----------|---|

Um exemplo de reformulação autoral consiste na reescrita de livros teóricos. Se examinarmos tal reescrita à luz da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana (ou AD), logo perceberemos que estamos diante de uma prática discursiva em que a posição assumida pelo sujeito é, obrigatoriamente, marcada por uma indissociabilidade entre as funções de leitor e de autor. Ou seja: nessa modalidade de prática discursiva, o exercício da função autor-revisor, pelo sujeito, é totalmente dependente dos gestos de *leitura* que esse realiza de um dado livro seu; do que decorre, pois, que tal sujeito não exerce apenas a função de autor-revisor, mas, também - e praticamente de modo simultâneo -, a função de leitor.

Perceberemos, igualmente, que as especificidades típicas da reescrita em tela impõem a criação de uma proposta singular de abordagem dessa prática discursiva. Sendo assim, nosso objetivo, no presente artigo, consiste em divulgar à comunidade acadêmica tal proposta de abordagem que outrora forjamos em Pesquisa anterior (SILVA, 2009), pesquisa essa da qual deriva este artigo¹.

De que modo, então, abordar esses gestos de reescrita que têm como sua condição *sine qua non* o exercício entrelaçado das funções de *leitor* e *autor*; gestos, enfim, em que o sujeito só se constitui como autor, para reescrever, na medida em que se faz leitor de si? Eis a questão norteadora do presente texto.

Antes de prosseguir, adiantemos o percurso a trilhar: em um primeiro momento, fazemos algumas considerações teóricas que, ao tratar de autoria e leitura, "preparam o terreno" para que possamos, em seguida, expor nossa proposta teórico-metodológica de abordagem da reformulação autoral. Após isso, analisamos o funcionamento discursivo da entretexualidade nessa prática discursiva e, por fim, conduzimos a reflexão ao seu "efeito-fecho".

Autoria e leitura à luz da Análise do Discurso

Reflitamos, inicialmente, acerca das relações entre autoria e interpretação, para, logo após, chegar àquelas entre autoria e leitura, ainda que tal separação seja meramente didática, uma vez que autoria, interpretação e leitura são sempre indissociáveis. Esclareçamos, aliás,

¹ A mencionada Pesquisa - nossa Dissertação de Mestrado - recebeu apoio da CAPES.

que não faremos tal reflexão de modo generalizado, e sim pensando a especificidade do tema e do objeto de análise que nos propomos abordar aqui.

Começemos, pois, por dizer que, segundo a perspectiva da AD, não se escreve coisa alguma senão a partir de gestos de interpretação a cada vez únicos, gestos esses resultantes de uma relação igualmente singular do sujeito com a ideologia. Assim, a autoria caracteriza-se por um gesto de *interpretação* do sujeito, gesto esse sem o qual não seria possível, ao tal sujeito, mobilizar e entretecer (Cf. INDURSKY, 2001) os recortes interdiscursivos dos quais ele se apropria para (re)escrever. Esses gestos de interpretação, por sua vez, sinalizam as relações (sempre únicas, porque assim o são as condições sob as quais se produzem) entre sujeito, língua e história no discurso.

Vale dizer que o sujeito apenas se reconhece verdadeiramente como autor de um dado texto se este lhe aparece como uma "unidade de sentido", enfim, como algo dotado da clássica tríade "início, meio e fim". Essa tríade, porém, não é outra coisa senão o resultado de um *efeito* ideológico pelo qual aquilo que é disperso se faz bloco fechado, aquilo que é múltiplo/multidirecional se faz uno/unidirecional, e toda uma vasta gama de formulações já-ditas - com suas "origens" identificáveis (a intertextualidade) ou não (a interdiscursividade) - é costurada de modo a, ilusoriamente, parecer que tem como fonte aquele que a costurou e que é suposto como autor de algo nunca antes dito (parcial ou totalmente) por ele e/ou por outrem.

A autoria, função exercida pelo sujeito, é profundamente determinada pela exterioridade, ou seja, pelo contexto sócio-histórico, de maneira que, "sendo [...] a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares" (ORLANDI, 2007, p. 75). Da mesma forma, também a leitura, os gestos de interpretação sofrem tal determinação, não podendo ser quaisquer uns (PÊCHEUX, 1997), alheios às condições sócio-históricas sob as quais ocorrem.

Diante disso, ao exercer a função-autor a partir de gestos de interpretação a cada vez únicos (porque assim o é a interpelação ideológica que os permite), o sujeito, representando-se como suposta origem de um texto do qual se exige unidade, coerência, progressão, não-contradição, é concebido socialmente como responsável pelos sentidos do que produziu.

Este "efeito" pelo qual o sujeito emerge como responsável por aquilo que diz, corresponde ao que, em AD, se chama "efeito-autor".

É nessa direção que Orlandi (1996, p.15) propõe considerar a autoria como função-autor, definindo esta última como "posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando [ou deslocando, reformulando] redes que constituem a possibilidade de interpretação". Na função de autor, o sujeito inscreve seu discurso na ordem do repetível; ou, em outros termos, é em virtude do fato de que o dito é um já-dito, que se torna possível historicizá-lo.

Assim, se, de um lado, tem-se "a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual", de outro, tem-se "o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido" (ORLANDI, 2001, p. 65). Devemos esclarecer que, em AD, a prática de leitura não consiste em decodificação pura e simples de texto (ainda que a pressuponha), nem em "pesca" de "o que o autor quis dizer" (até porque, às vezes, nem mesmo este sabe dizê-lo). Tampouco se trata de um processo linear, estabilizado, indiferente aos lugares discursivos e às posições ideológicas dos sujeitos. Trata-se, sim, de um gesto efetuado por um dado sujeito a partir de um lugar discursivo e uma posição ideológica únicos, gesto esse através do qual o sujeito-leitor desfaz o efeito-texto (INDURSKY, 2001), isto é, o fechamento simbólico daquilo se lhe está diante dos olhos.

A reescrita de livros e a posição de leitor-autor

Pensemos, agora, a relação entre autoria e leitura tomando, para tanto, a reescrita de livros, sobretudo em razão de que, neste caso específico, não há apenas um leitor-virtual, de um lado, e um autor, de outro. Ora, a prática discursiva da reescrita coloca em cena, igualmente, um sujeito que se faz leitor de si, de maneira que o texto *objeto de reformulação* (a saber, a edição antiga) inevitavelmente se apresenta também a ele como sendo um "acontecimento a ler" (PÊCHEUX, 1999).

É interessante e pertinente parar um pouco sobre esse ponto: lembremos que, como se sabe em AD, o sentido de um texto não existe *a priori*, tampouco é transmitido de A para B, e sim é constituído no *intervalo* entre A e B. Notemos então que, em novas condições sócio-

históricas (ideológicas) estabelece-se, portanto, uma nova situação discursiva. E, por aí, instauram-se novos efeitos de sentido entre os pontos A e B (PÊCHEUX, 1993), pontos estes que, no caso, tanto remetem a dois lugares discursivos ocupados por sujeitos diferentes (já que a nova edição é publicada e divulgada), quanto remetem a dois lugares ocupados pelo *mesmo* sujeito.

Como, então, abordar e ressaltar as especificidades dessa prática discursiva?

Uma proposta marcada pela especificidade da Análise do Discurso

É sabido que, na área de Letras, existem já modos específicos (a saber, as noções de auto/intratextualidade) para pensar a relação entre textos de um mesmo autor. Ocorre que nem *auto* nem *intratextualidade* são termos adequados para figurar no escopo teórico da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana. Então, por que não procede dizer que o processo discursivo de reformulação de livros coloca em cena uma intra-/autotextualidade?

Começamos por justificar, inicialmente, a impropriedade desta última designação, para em seguida justificar a do termo *intratextualidade*. Por que não denominar *autotextualidade* a relação que, no processo discursivo em tela, se trava entre uma edição e sua nova versão?

Em Gramáticas, o prefixo *auto* designa algo que implica "si mesmo"; ora, adotar o termo *autotextualidade* não procederá em AD visto que esta teoria rejeita não só a hipótese de haver texto por si mesmo (fechado, acabado, completo), mas também a hipótese de operar com um sujeito plenamente consciente de si e de suas "intenções".

A questão crucial aqui é, na realidade, mais ampla e consiste em lembrar que a reformulação em exame não decorre do mero capricho de um sujeito-autor que, a certa altura de sua jornada de pesquisador, se cansa de formular X ou Y. Ao contrário: trata-se de uma reformulação resultante do trabalho de um sujeito induzido a reformular, um sujeito, aliás, que, situado institucionalmente, é atravessado por *n* discursos e deve, então, reler-reescrever um dado livro seu já publicado e, até mesmo, já consagrado no meio acadêmico.

Exposto isso, pode-se avançar e justificar o porquê da

impropriedade da outra forma de designação, a *intratextualidade*, frequentemente mencionada como sinônima daquela de que se falou acima. Por que rejeitar, em AD, também a hipótese de uma relação *intratextual* entre "edição de partida" e edição revista, e isto em prol da elaboração de um novo termo, qual seja, "entretextualidade"?

Ora, o termo *intratextualidade*, uma vez que migrasse para o quadro da AD, não obstante ele fosse ressignificado, causaria estranhamento pois daria margem (pelo prefixo, justamente) a que se pensasse em reformulações apenas intradiscursivas (por alguma espécie de analogia entre *intratextual* e *intradiscursivo*). O fato é que essas reformulações intradiscursivas não correspondem, verdadeiramente, ao caso que nos mobiliza, visto que se por um lado a dimensão linguística é imprescindível, por outro, estão em cena reformulações nas quais há uma radical mudança de posicionamento ideológico.

Lembre-se que o intradiscurso, para Pêcheux (1988, p. 166), remete "ao funcionamento do discurso com relação a si mesmo" (o que se diz agora com relação ao que se disse antes e se dirá depois; logo, o "conjunto dos fenômenos de 'co-referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso', enquanto discurso de um sujeito").

Entende-se, por aí, que Pêcheux quer colocar esse "antes" e "depois" na linearidade mesma daquilo que é dito, mobilizando para tanto, inclusive, uma expressão de Authier-Revuz ("fio do discurso"). Em nosso objeto de análise, o "antes" e o "depois" que interessam transcendem a linearidade (o intradiscurso), mas não são elementos interdiscursivos. Diríamos que se trata de uma dada modalidade de reformulação cuja natureza se situa no *entremeio* entre *inter-* e *intradiscursos*, ou seja, no domínio de memória, domínio este que compreende - resgatemos de Courtine (1981) - uma "pluralidade contraditória" de sequências discursivas.

Assim, interdiscurso e intertextualidade remetem a uma exterioridade constitutiva, ao passo que intradiscurso e intratextualidade o fazem àquilo que está sendo (re)formulado no fio do discurso do sujeito (isto é, na linearidade).

Com base numa extensa reflexão (SILVA, 2009) sustentada pela AD, definimos a *entretextualidade* como referente às relações (inter)textuais entre um dado texto e suas outras versões, quando estas são reformulações elaboradas pelo *próprio* sujeito-autor da "edição de

partida" (a qual passa a figurar no domínio de memória da edição revista).

Na medida em que admitíamos haver certo tipo de intertextualidade (absorção e transformação) entre os textos de uma dada edição de partida e a edição revista dela decorrente, a questão "sinonímica" entre os prefixos *inter-* e *entre-* não constituiu problema, justificando-se a aplicabilidade do prefixo *entre-* à categoria que outrora forjamos. É fundamental lembrar, então, que esta categoria emerge à luz de um prisma sustentado pela AD, e, nesta medida, não cabe, efetivamente, buscar-lhe equivalentes em outras teorias.

Além disso, ao relacionar-se com o dizível de uma *formação discursiva* (FD), logo, com questões de ordem *ideológica*², tal categoria difere do modo como outras áreas de saber propõem abordar o trabalho do sujeito sobre as próprias formulações deste. Certamente, é central para nós, na relação entre versões, o sujeito responsável por estabelecer tal relação, sujeito esse que, capturado (pela análise) na rede de contradições históricas em que se coloca, produz novos sentidos ao reformular, afeta as redes de memória que constituem o campo de saber (a FD) no qual ele (sujeito) se constitui como tal.

No interior da AD, nosso conceito se situa entre as relações que um texto estabelece com a exterioridade que lhe é constitutiva, as quais são, segundo Indursky (2001), de ordem contextual (contexto cultural, político, sócio-histórico, etc.), *interdiscursiva* e *(inter)textual*. Inserimos, pois, aí mais uma ordem de relações, por acreditarmos que a "edição de partida" integra a exterioridade constitutiva da edição revista, figura no domínio de memória desta e, conforme gestos de interpretação de um sujeito-leitor, ressoa no intradiscurso da nova edição via memória discursiva.

Como funciona, pois, discursivamente, tal categoria, que somente pode ser pensada em virtude das práticas de reformulação autoral? É o que se verá a seguir.

A entretexutualidade nas práticas discursivas do leitor-autor

Examinemos duas sequências discursivas de referência, extraídas de diferentes edições da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara.

²Lembre-se a relação existente entre as formações discursiva e ideológica, sabendo-se que o discurso é a instância material da ideologia.

Adiantemos, desde já, ao leitor o sistema de notações que aqui usamos: SD = sequência discursiva; EP = edição de partida; ER = edição revista; e Ø indica ausência de formulação passível de cotejo.

(SD1)

EP - Ø

ER - Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. Dificilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento [...] (BECHARA, 2005, p. 19).

(SD2)

EP - **Enjambement** - Do ponto de vista gráfico, recebe ainda o nome de verso cada linha de que consta o poema. Este último critério é falho, porque nem sempre a unidade de sentido (unidade sintática) coincide com os limites de uma linha de poema, nascendo a obrigatoriedade de se ligar o verso ao verso seguinte, não se deixando, entretanto, de fazer a pausa natural que separa um verso do outro. Este fenômeno recebe o nome francês *enjambement* (que significa *cavalgamento*) (BECHARA, 1987, p. 352) [grifos do autor].

ER - **Pausa final. Cavalgamento** - Na leitura de um poema, marca-se o final de cada verso ou final de cada unidade de verso composto (*hemistiquio*) com uma pausa, a chamada *pausa métrica*. Esta pausa métrica não passa de uma pequena interrupção, que não chega a confundir com a pausa mais demorada, resultante da entoação da oração, marcada em geral por vírgula ou outro sinal de pontuação. / Não levar na devida conta a pausa métrica, além de atentar contra o ritmo, pode converter o verso em falsa prosa. / A pausa métrica é transferida para a primeira sílaba tônica do verso seguinte, quando a unidade sintática excede o limite de um verso e, para completar-se, "cavalga" ou "monta" no verso a seguir, patenteando, assim, um desacordo entre a unidade sintática e a unidade métrica. Este fenômeno é conhecido pela denominação francesa *enjambement*, que se pode traduzir, como fez Said Ali, por *cavalgamento*. Também se usa o termo

encavalgamento: [exemplo] (BECHARA, 2005, p. 629, grifos do autor).

As sequências acima permitem constatar a forma pela qual determinadas reflexões outrora ausentes presentificam-se na materialidade da edição revista não apenas visando a enriquecer o campo de conhecimento em cujo interior são produzidas, mas, notadamente, emergindo como "os" novos modos autorizados de dizer e impondo, com isto, uma contraidentificação do sujeito com saberes "antigos", que deixam de ser reproduzidos.

É desse modo que se instaura o que temos proposto chamar de *entretexualidade*, na medida em que uma nova versão do texto já publicado, escrita pelo mesmo sujeito (o qual, para fazê-lo, deve obrigatoriamente ocupar também o lugar de leitor de si) surge e, justamente em razão do trabalho discursivo desse sujeito, passa a estabelecer uma relação de natureza *entretexual* com a edição anterior (distinta da "nova" versão).

A *entretexualidade* sinaliza a dialética entre "mesmo" e "outro" inerente ao processo discursivo de reelaboração aqui investigado. Nesse sentido, podemos dizer que a edição revista (ER) consiste em uma espécie de mosaico formado tanto pela presença do discurso de outrem, quanto pelo retorno do discurso do próprio sujeito-autor-revisor.

Tal como a concebemos, a *entretexualidade* diferencia-se do caso que implica textos de diferentes sujeitos e sinaliza não só para a contradição constitutiva do processo discursivo de reescrita de livros teóricos (a saber, a dialética entre *mesmo* e *outro*) como, também e sobretudo, para o exercício entrelaçado das funções de leitor e de autor. Ou seja: na medida em que não refere outra coisa senão a prática discursiva por meio da qual o sujeito é leitor-autor daquilo que se lhe está diante, a categoria *entretexualidade* emerge para ressaltar a especificidade de uma prática existente *apenas* em virtude dessa condição do sujeito.

Instaurando um efeito-conclusão

Ao longo deste artigo, buscamos construir uma reflexão acerca do modo como os gestos de leitura e de autoria acabam por se imbricar nas práticas discursivas de reformulação autoral de textos. Ao mobilizar

esse tipo de reformulação como objeto de análise, pudemos investigar o caso em que as posições de leitor e de autor são ocupadas quase que simultaneamente por um mesmo sujeito. E assim, pudemos refletir sobre a condição de "leitor de si", graças à qual a reelaboração de saberes se faz possível.

Diante de tudo quanto precede, acreditamos ter explicitado e, mais do que isto, ter discutido - breve, mas claramente - o funcionamento discursivo da entretexutualidade nesse processo de reelaboração, com o que se pôde, pois, justificar a grande relevância teórico-metodológica da concepção dessa categoria conceitual em Análise do Discurso.

Abstract: Under the light of the traditionally Pecheutian Discourse Analysis (or: the French one), we examine, in this paper, the discursive practice of "authorial reformulation", focusing on its sine qua non condition of being, i.e., the inextricability of reading and authorship gestures. We are notably interested in showing the academical community our proposal for an approach of such kind of practices, as well as in discussing how the exercise of the author-reviser function, by the subject, is absolutely dependent on the subject reading gestures performed in relation to a text of which he is socially taken to be the "author". This analysis makes it possible for one to understand the discursive functioning of entertextuality in the gestures of rewriting a text.

Keywords: Discourse. Ideology. Rewriting. Memory.

Referências

COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. *Langages*, Paris, n. 62, p. 9-127, juin 1981.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Orgs). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001, p. 27-42.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. por Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988. (Les vérités de la Palice, 1975).

_____. Análise automática do discurso. Trad. por Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993, p. 61-161. (Analyse automatique du discours, 1969).

_____. Ler o arquivo hoje. Trad. por Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Gestos de Leitura*. Da história no discurso. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 55-66. (Lire l'archive aujourd'hui, 1982).

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Trad. e Introd. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57. (Rôle de la mémoire, 1983).

SILVA, A. P. L. V. *Entretexualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros*. 2009. 144p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)- UFRGS, Porto Alegre, 2009.

Referências do *Corpus*

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl., 15. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.